

## A conversão de Roberto Campos

Pedro Hoeper Dacanal (FEA-USP, Economia, bolsista IC, CNPq)

### RESUMO

No presente trabalho, busca-se ampliar o conjunto dos estudos sobre o pensamento econômico no Brasil na segunda metade do século XX, tendo por foco a atuação política e intelectual de Roberto de Oliveira Campos. Procuraremos trazer à luz o acontecimento de sua “conversão”, de desenvolvimentista em liberal, que ocorre nos anos de 1970. Pretende-se utilizar como fontes a extensa obra publicada de Roberto Campos.

Palavras chave: Roberto Campos; história; pensamento econômico; projeto; conversão

### ABSTRACT

In this paper, we seek to expand the set of studies on the economic thought in Brazil in the second half of the twentieth century, with the focus on the political and intellectual role of Roberto de Oliveira Campos. We will seek to bring to light the event of his "conversion" of developmental in liberal, occurring in the 1970s. It's intended to use as sources the extensive work published by Roberto Campos.

Keywords: Roberto Campos; history; economic thought; project; conversion

### Introdução

É consenso para a historiografia brasileira da segunda metade do século XX que Campos foi uma das personagens fundamentais no processo de construção do Brasil Moderno. Sua importância é destacada em várias publicações, como em Bielschowsky, na qual é tido por, “sem dúvida, o economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura de economia industrial

internacionalizada”<sup>1</sup>. E em Madi que afirma: “a sua contribuição pode ser pensada como a de um dos expoentes do pensamento ortodoxo, conservador, que existia no Brasil nos anos 1950 e que hoje se tornou dominante”.<sup>2</sup> Não é possível narrar a história econômica dos últimos sessenta anos no país ignorando a contribuição de Roberto Campos, sua influência política e intelectual é notável.

Diplomata de carreira, Campos destacara-se como secretário de Embaixada nos Estados Unidos, graduando-se em economia e obtendo o mestrado em Washington e iniciando o doutorado em Nova York – que não concluiu –, e assim tornando-se o mais oficialmente apto funcionário do Itamaraty para questões econômicas. Foi encarregado de participar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), ocupando nesta o cargo de Conselheiro Econômico. Reconhecida sua competência profissional, ao atuar frente aos estadunidenses nos encontros da comissão, foi designado Diretor Econômico do recém-fundado BNDE (cujo processo de fundação também contou com a participação de Campos). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi sua principal ocupação até 1959, ano em que foi desligado de suas funções junto à instituição. Em 1956-60, o Plano de Metas de Juscelino foi elaborado e posto em prática, e Roberto Campos foi um dos planejadores que tiveram central importância em toda essa execução. Após um período afastado de funções de relevância nacional, obtém de Jango, em 1962, a nomeação para embaixador em Washington, onde buscou incessantemente junto às autoridades norte-americanas os interesses do Brasil, que neste tempo se traduziam essencialmente em empréstimos. Durante o Governo Castelo Branco (1964-67), Campos assumiu o Ministério do Planejamento e, juntamente com Octávio Bulhões foi responsável pela implantação do PAEG, e pela reforma institucional que, dentre outros feitos, criou o BNH (Banco Nacional da Habitação) e o BACEN (Banco Central). Com a entrada de Costa e Silva na presidência, saiu do ministério e passou atuar no setor privado. Manteve constante atividade intelectual ao

---

<sup>1</sup> BIELSHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 105.

<sup>2</sup> MADI, Maria Alejandra. “A vanguarda do pensamento conservador: as ideias econômicas de Roberto Campos” in SZMRECSÁNYI, Tamás e COELHO, Francisco da Silva. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 367.

longo de todos esses anos: publicando artigos e vários livros, destacando-se sua preocupação acerca da temática econômica do desenvolvimento<sup>3</sup>.

Como se pode notar através desse pequeno resumo de sua atuação diplomática, econômica e intelectual, Roberto Campos foi personagem de relevo no processo de desenvolvimento econômico brasileiro entre 1950 e 1970, com manifesta adesão ao planejamento de Estado da economia nacional para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Já nas décadas de 80 e 90, Campos assume novos papéis na arena política brasileira, agora no legislativo, como senador e deputado federal. Seus discursos no senado e na câmara tornaram claro o seu “novo” posicionamento político-econômico, havia se tornado um liberal convicto. Sua produção intelectual também demonstra a mesma mudança de pensamento e de ideais. Assim, o estudo a que nos propomos visa ao esclarecimento de sua “conversão ideológica”

## A história debate Campos

Nessa primeira parte do trabalho pretendemos expor o que diferentes narrativas nos contam sobre o legado de Roberto Campos, sobre sua atividade enquanto detentor de poder político e intelectual.

Em obra já clássica da historiografia sobre o pensamento econômico brasileiro, Ricardo Bielschowsky capta e explicita as principais correntes que, durante o que chama de ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil – período que foi circunscrito pelo autor ao intervalo de 1930 a 1964 –, marcaram a vida, tanto política quanto intelectual, do país com seu pensamento e suas perspectivas a respeito de nossa estrutura econômico-social.<sup>4</sup> Então, no que se refere a Roberto Campos, o autor limita sua análise ao espaço de tempo de 1951 (início da atuação pública de Campos) a 1964.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Os dados referentes a essa pequena biografia de Roberto Campos foram retirados das seguintes fontes: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994; BIELSHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. “Roberto Campos”. In: CPDOC FGV/Arquivo Digital. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>. Acesso em: 26/03/2014

<sup>4</sup> BIELSHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

<sup>5</sup> O período foi limitado pelo autor a 1951-1964, muito embora constem na bibliografia coletâneas de textos de Campos publicadas até 1969.

Ao separar em grupos as diferentes ideologias de destaque entre 1930-64, Bielschowsky define Campos como um “**desenvolvimentista não nacionalista**”, conceito construído a partir da fórmula *genus proximum, differentia specifica* – tal qual faz a taxonomia.<sup>6</sup> O **desenvolvimentismo** (*genus proximum*) seria o ideal compartilhado por ele e por outros intelectuais da época, como Roberto Simonsen, Celso Furtado e Rômulo de Almeida. Aqui temos de fazer uma ressalva prévia, pois alcunhar Roberto Campos de “desenvolvimentista” pode parecer a princípio um equívoco, haja vista a forte relação que essa palavra guarda com posicionamentos e atitudes que ou nunca foram adotados, ou até mesmo foram criticados por ele.<sup>7</sup> Contudo, considerando a proposta de Bielschowsky de esquematizar as “espécies ideológicas” da realidade brasileira, é razoável que tenha restringido o conceito de desenvolvimentismo de uma eventual polissemia a uma definição concisa: “ideal que consistia num projeto de industrialização com planejamento e suporte estatal”.<sup>8</sup> E que assim, a partir da caracterização desse pensamento normativo comum, consiga inserir Campos entre os “desenvolvimentistas”; desde que traga em sequência nova classificação a designar especificidades internas do grupo – o que de fato se verifica.<sup>9</sup> Campos seria, pois, um representante da “ala direita” da posição desenvolvimentista.<sup>10</sup> Essa ramificação em que Campos situava-se foi especificada por Bielschowsky como o “não nacionalismo”. O **não nacionalismo** (*differentia specifica*) evidenciaria sua divergência frente às outras correntes desenvolvimentistas: principalmente, a receptividade ao capital estrangeiro, entendendo que este tinha fundamental importância para a elevação do investimento, para a industrialização integral em longo prazo, e para o conseqüente aumento do nível de renda; e a busca pelo equilíbrio monetário mesmo em pleno processo de expansão econômica.

<sup>6</sup> Bielschowsky teve realmente o esforço de, além de expor as ideologias de força à época e comentar o pensamento de seus grandes nomes, fazer um trabalho taxonômico, como fica claro pela composição de seu quadro-síntese (p. 242) de referência do livro, onde esquematiza, aproximando e diferenciando, as variadas correntes por meio de seus posicionamentos frente a questões comuns.

<sup>7</sup> O termo “desenvolvimentismo” é muito ligado, na realidade latino-americana, ao discurso da esquerda política, e relacionado com a escola da Cepal, a qual, veremos, foi também alvo das críticas de Roberto Campos.

<sup>8</sup> BIELSCHOWSKY, 2004, p. 24

<sup>9</sup> As outras subcorrentes desenvolvimentistas seriam o “desenvolvimentismo setor privado”, que tinha como expoente Roberto Simonsen; e o “desenvolvimentismo setor público (nacionalista)”, da qual Celso Furtado era figura intelectual.

<sup>10</sup> BIELSCHOWSKY, 2004, p. 105

Esse é, para Bielschowsky, o traço mais marcante de Campos entre 1951 e 1964: a postura “desenvolvimentista não nacionalista”. Não obstante o autor indique que inicialmente, nos anos de CMBEU,<sup>11</sup> Campos “apresentava posições que, de modo geral, caracterizavam-no como um nacionalista, e a grande ênfase de seus textos era a proposta de planejar o desenvolvimento”. É somente após seu primeiro afastamento do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), em 1953, que as ênfases de seus textos e suas concepções acerca do papel do Estado na industrialização, da entrada do capital estrangeiro no país, começam a se modificar. E então a partir de 1955, de volta ao BNDE, Campos assume o “não nacionalismo” - constatado na defesa da aplicação interna de capitais internacionais, nas críticas à política monetária inflacionista e cambial brasileira e no ataque à estatização exagerada.

Bielschowsky entende como elucidativa a comparação entre as visões de Campos e Eugênio Gudín durante os anos 1950. Isso talvez se deva ao fato de o autor estar escrevendo no final dos anos 1980, década na qual ocorre a aproximação de Campos ao ideal liberal. Ao contrário de Gudín (sempre entusiasta do *laissez-faire*), Campos defendia tanto o esforço da industrialização nacional quanto o planejamento. E Bielschowsky explica esse posicionamento “industrialista e planejador” do economista, valendo-se principalmente de suas publicações dos anos de 1952 e 1953.<sup>12</sup>

O autor relata que Campos, sempre que vislumbrava a *possibilidade* de a iniciativa privada investir em algum empreendimento, colocava-se, então, totalmente a favor do capital privado, afastando a ideia de um investimento estatal; contudo, era claro para o economista que a falta de pujança do capitalismo brasileiro não deixava outra opção: o Estado deveria agir, planejando e alavancando o processo de crescimento econômico nacional.<sup>13</sup> No entanto, Campos não teria aderido às teorias cepalinas. Ao

---

<sup>11</sup> A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953, Campos foi membro permanente. A comissão integrava técnicos brasileiros e estadunidenses e buscava elaborar estudos econômicos que projetassem os novos passos do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir dela, é criado o BNDE em 1952, principal instituição à qual Campos esteve ligado durante os anos 50.

<sup>12</sup> CAMPOS, Roberto. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, abr. 1952a; e CAMPOS, Roberto. Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico. *Digesto Econômico*, São Paulo, 1953.

<sup>13</sup> A modalidade de planejamento desejada por Campos para a economia brasileira, diz Bielschowsky (p. 112), era pensada setorialmente (planejamento seccional), baseada nos conceitos de pontos de germinação e pontos de estrangulamento: os primeiros seriam aqueles em que um investimento inicial seria capaz de

longo desses anos – e principalmente após 1955 –, foi mais um crítico do que um defensor dessas ideias alcunhadas de heterodoxas: o planejamento integral nunca fora desejável, e a inflação, ainda que decorrente também de alguns aspectos estruturais, se devia principalmente às políticas expansionistas mal formuladas, as quais deveriam dar lugar a um projeto de desenvolvimento com investimentos não inflacionários.

Campos possuía as características de um economista formado no pós-guerra e falava a “linguagem do moderno administrador keynesiano” diz o autor, muito embora se atrelasse *integralmente* a nenhuma teoria econômica, ortodoxa ou keynesiana, e também não se propunha a construir o corpo de um eixo teórico próprio. Bielschowsky acaba por aceitar a tese do próprio Campos sobre seu posicionamento intelectual: era um “ecletico”.<sup>14</sup> O “ecletismo” era definido por Campos como um espaço de ação entre os dois extremos: entre a teoria monetária ortodoxa e a nova corrente heterodoxa, que se impunha. E essa era sua opção, como afirma Bielschowsky:

Campos preocupava-se em compatibilizar crescimento e estabilização ou, mais ainda, desenvolvimento industrial e estabilidade monetária. Foi principalmente por esse lado que ele se distinguiu da corrente neoliberal brasileira, e foi também por aí que se pôde dizer um economista ‘ecletico’, equidistante da Cepal e do FMI.<sup>15</sup>

O esforço de Bielschowsky foi realmente de uma análise intelectual sobre a obra de Roberto Campos, é de fato um trabalho que apresenta conteúdo indispensável para quem busca entender o pensamento econômico dessa personagem histórica. Contudo, deixou de desenvolver algumas questões mais complexas que se referem a Campos, tais como a sua posição ao mesmo tempo próxima e contrária ao estruturalismo, e, como exposto, o não compromisso frente às correntes teóricas.<sup>16</sup> Bielschowsky pretendeu de certa maneira produzir um discurso imparcial, no qual não julgasse os méritos e as

---

provocar um surto de investimentos colaterais (energia elétrica, transportes, produtividade agrícola, expansão de indústrias chave) e assim estimular o desenvolvimento; os últimos seriam os desequilíbrios – de produção - setoriais decorrentes da acelerada industrialização, os quais impediriam o processo de expansão econômica. Os pontos de estrangulamento deveriam ser corrigidos e transformados em pontos de germinação, e o Estado detinha poder e responsabilidade de operar tal correção. Indicar ao menos um texto em que essa ideia aparece.

<sup>14</sup> CAMPOS, Roberto. Développement économique et inflation en égard en particulier à l’Amérique Latine. In: *OECD. Planification et programme de développement*. S.l., 1963 (Études de Développement, 1)

<sup>15</sup> BIELSCHOWSKY, 2004, p. 120

<sup>16</sup> Bielschowsky deixa em aberto como Campos pode ter sido “o principal opositor da escola da Cepal” (p. 117) e, mesmo assim, se valer de um estudo de Celso Furtado para produzir o Plano de Metas.

razões. Mas parece-nos que esse intento acabou por obstruir ao seu trabalho, já bem estruturado, uma maior síntese no que tange à figura de Roberto Campos.<sup>17</sup>

Outro trabalho que se ocupa do pensamento do economista no mesmo período (1951-64) vem, de certo modo, fazer as vezes de “acusador”.<sup>18</sup> A dissertação de mestrado de Maria Alejandra Caporale Madi traz no título o mote de sua argumentação geral: enquadrar Roberto Campos como um agente político conservador, mas, diferentemente dos economistas integralmente conservadores, Campos representaria a vanguarda desse pensamento, a linha de frente que admite certos “ajustes” na teoria para ao fim manter firme o âmago da convicção liberal.

Madi, ao utilizar-se do vocábulo “conservador”, o faz em sentido econômico, e pretende designar um determinado pensamento: a ortodoxia dos economistas liberais, herdeiros e defensores da doutrina do *laissez-faire*. Mais especificamente, o pensamento dos liberais brasileiros, tais como Eugênio Gudim e Octávio Bulhões, que buscavam aplicar à realidade nacional os modelos econômicos vigentes nas economias capitalistas desenvolvidas.

Madi acredita que, sendo parte integrante dessa corrente liberal, Roberto Campos tomou o lugar de vanguardista. E é no conceito de “vanguarda” – inserida no campo da ortodoxia – que se encontra o cerne de sua visão acerca do pensamento do economista. O **vanguardismo** na análise de Madi é uma categoria similar ao **ecletismo** na de Bielschowsky, enquanto o último define uma posição a “igual distância” tanto do monetarismo (o qual Madi demarca como ortodoxia) quanto do estruturalismo, o primeiro consiste na aceitação de algumas ideias estruturalistas dentro do corpo preponderante da teoria liberal (ortodoxa). Essas aberturas às ideias heterodoxas, os “ajustes *ad hoc*” – como escreve a autora – na doutrina econômica ortodoxa, seriam a demonstração do comportamento errático de Campos entre a aceitação da História e a sua negação.

---

<sup>17</sup> Entendemos, é claro, que seu objetivo era mais amplo. Bielschowsky, nesse livro, busca abranger todo o universo de ideólogos, e seu foco não deveria e nem poderia ser exclusivamente Roberto Campos e os “desenvolvimentistas não nacionalistas”.

<sup>18</sup> MADI, Maria Alejandra C. *A vanguarda do pensamento conservador: Um estudo sobre as ideias econômicas de Roberto Campos no Período 1950-1964*. Campinas: IE/Unicamp, 1985. Dissertação de Mestrado.

A autora argumenta, diferentemente de Bielschowsky, com claros e objetivos juízos de valor a respeito das ideias de Campos, sempre ressaltando a dicotomia entre a “face atrasada” do economista, que, rejeitando a História, prendia-se ao conservadorismo e descolava-se da realidade; e a “face moderna”, que, ao captar as transformações históricas, avançava na análise do desenvolvimento. Instalando “ajustes *ad hoc*” no arcabouço ortodoxo, Campos se fazia simultaneamente atrasado e moderno, ultrapassado e atual. O mais profundo ajuste seria decorrente do entendimento de Roberto Campos de que o “capitalismo liberal” chegara a seu termo, após as grandes crises e guerras mundiais, e dera lugar ao “capitalismo social” – o que, para ele, era um “*datum* sociológico inquestionável”. E nesse capitalismo social, no qual o mercado autorregulado foi suprimido, cabia aos países subdesenvolvidos apoiar-se no desenvolvimento derivado, o qual, ausente uma burguesia nacional robusta, deveria contar com a suplementar e imprescindível atividade do Estado investindo na esfera produtiva.<sup>19</sup> Assim que, para Madi, Roberto Campos era um liberal de vanguarda que conservava a teoria do livre mercado e a ela fazia um reparo: entendia que as transformações históricas e sociais ocorridas desde o final do século XIX davam ao Estado o poder e a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico em uma nação subdesenvolvida. Antes que se faça a crítica da classificação desse entendimento de Campos como mero “ajuste”, vejamos como Madi segue em sua análise.

Assim como Bielschowsky, a autora vê em Campos tanto um pensador keynesiano (ao aceitar certo grau de intervencionismo estatal) quanto um defensor da iniciativa privada.<sup>20</sup> Ressaltando a preocupação do economista com a estatização integral, indevida e contraproducente, afirma que ele enxergava a estatização demasiada como uma ameaça porque isso fazia parte “de sua postura ideológica de defesa da iniciativa privada, num contexto histórico no qual a Guerra Fria aguça a luta ideológica entre os blocos capitalista e socialista”;<sup>21</sup> e, no entanto, Campos julgaria seu próprio

<sup>19</sup> MADI, 1985, p.31

<sup>20</sup> “O fundamental é que Campos, nesse momento, apresenta uma concepção keynesiana da ação do Estado via controle do gasto”. MADI, 1985, p.15

<sup>21</sup> MADI, 1985, p.31. A dissertação de mestrado de Adilson Gennari corrobora esse argumento da autora. Ver GENNARI, A. 1990. *A lógica da subordinação : aspectos do conservantismo brasileiro – as idéias*



posicionamento como racional – suas conclusões como estritamente lógicas, dadas as premissas –, não sendo fruto de qualquer ideologia.

E se Campos julgava adotar uma postura racional frente ao problema do subdesenvolvimento brasileiro, Madi completa dizendo que o economista pensava que o Estado também deveria agir pautado pela racionalidade, ou seja, o Estado deveria planejar seus investimentos visando ao desenvolvimento econômico nacional, sempre procurando a eficiência, buscando a alocação ótima de seus recursos escassos – sem espaços para um “nacionalismo emotivo”. O planejamento, para Campos, diz Madi, exigiria uma elite técnico-administrativa, a qual substituiria os investidores e inovadores da esfera privada: o que, então, propunha, ao colocar nas mãos da tecnocracia supostamente neutra o poder de decisão sobre as diretrizes do processo de desenvolvimento, era um “esvaziamento do Estado”, *locus* da vida política; era fazer da sociedade um objeto e transformar as questões políticas em questões técnicas.

Nesse sentido, Moraes, que ratifica a tese de que Campos nunca violara as prescrições do liberalismo e de que sempre fora um discípulo de Gudin, também percebe o ideal de Estado racionalizado.<sup>22</sup> Afirma que “a imagem mais obsessiva de Campos é a da ‘burocracia esclarecida, apostólica e alerta’”,<sup>23</sup> a qual teria lugar numa *ditadura comissária* – projeto implícito, bosquejado em traços leves, do discurso de Campos antes do movimento militar de 1964.<sup>24</sup> Valendo-se desse argumento (o autoritarismo subjacente), Gennari, em dissertação de 1990, coloca sua percepção sobre as concepções políticas e econômicas de Campos de 1951-1964:

podemos afirmar que a obra de Campos representa, teoricamente, uma análise que combina uma visão autocrática de Estado e sociedade, com uma visão econômica de tipo heterodoxa, que além da conotação moderna e fluente do termo, agrega elementos das principais contribuições neoclássicas, preponderantemente no que se refere aos aspectos ideológicos e apologéticos, já

---

de Roberto de Oliveira Campos. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>22</sup> MORAES, R. 1987. *Planejamento: democracia ou ditadura?* São Paulo. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo.

<sup>23</sup> MORAES, 1987, p. 216

<sup>24</sup> Silva retoma essa análise em artigo mais contemporâneo. SILVA, Ricardo V. Uma ditadura contra a República: política econômica e poder político em Roberto Campos. Curitiba: Revista de Sociologia e Política n° 27, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/11.pdf>. Acesso em 20/03/2014.

que a “teoria” e a “prática” de Campos não contemplam manifestações relacionadas ao Laissez-faire.<sup>25</sup>

Os últimos autores citados sustentam algumas críticas a Campos, porém, não há dúvidas, de que o tom mais crítico a Campos encontra-se no trabalho de Madi. As críticas são variadas, e todas relacionadas ao dilema que gera a descontinuidade teórica no pensamento de Campos: aceitar ou renegar a História. Aprofundando-se na questão macroeconômica, a autora discorre sobre o tema a fim de situá-lo como um seguidor da tradição neoclássica e da Lei de Say, a qual, após a crise de 1929 e as novas teorias de Keynes e Kalecki, fora totalmente alijada das modernas formas de se pensar uma economia nacional e estava relegada à ortodoxia, atrasada e conservadora.<sup>26</sup> Fará também crítica à “Teoria do Bolo” e a seus adeptos, entre os quais estava Campos;<sup>27</sup> à sua visão estreita sobre industrialização e sobre finanças públicas; ao “mais puro monetarismo” que Campos apresentava em suas publicações;<sup>28</sup> ao modelo de “Estado transitório” que estava subjacente a seus intentos; e ao pragmatismo maquiavélico de seu projeto político.<sup>29</sup>

Seria um descuido de nossa parte não sublinhar que Madi escrevia enquanto Campos já havia abertamente aderido aos ideais liberais, de modo que a autora conhecia a posição última do economista, sabia aonde o pensamento de Campos o havia

<sup>25</sup> GENNARI, 1990, p. 136

<sup>26</sup> Madi adota o modelo kaleckiano para explicar a dinâmica macroeconômica da “etapa monopolista do capitalismo”, e afirma que os pressupostos da doutrina liberal não tem mais relação com a realidade, “o modelo da livre empresa perdeu totalmente o contato com a realidade. Quando aplicado à problemática do subdesenvolvimento, escamoteia o fato histórico de que o salto industrializante deve-se dar no marco do capitalismo monopolista”. MADI, 1985, p. 215

<sup>27</sup> “Para os adeptos da ‘Teoria do Bolo’ – Eugênio Gudim, Roberto Campos, Antônio Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen-, a distribuição regressiva da renda seria um fenômeno normal na opção do desenvolvimento acelerado”. Suporiam erroneamente que “a sociedade está diante da opção: diante da opção: renda melhor distribuída e baixa taxa de investimento versus renda pior distribuída e alta taxa de investimento”. MADI, 1985, p. 73

<sup>28</sup> As explanações e inferências da autora sobre a questão de Campos estar ou não ligado ao monetarismo são extremamente confusas: ora afirma uma heterodoxia, como na elaboração do Plano de Estabilização Monetária, ora uma ortodoxia ligada aos desígnios do FMI. Isso se dá de tal modo que não há como relatar seu entendimento final acerca do assunto. Ver MADI, 1985, pp. 190-210

<sup>29</sup> “Em resumo, pode-se concluir que Roberto Campos, apóstolo incondicional da racionalidade, define, para a construção do futuro do Brasil, uma opção essencialmente ‘pragmática’. É o tecnocrata planejando a economia e a sociedade brasileiras na perspectiva da eficiência, só se interessando pelos resultados. Acredita plenamente que os fins justificam os meios”. MADI, 1985, p. 218

encaminhado: ao liberalismo radical (ideologia contra a qual a autora se posicionava).<sup>30</sup> Assim, mesmo reconhecendo seu esforço e mérito ao criticar o discurso de Campos num único recorte de tempo, não passa despercebido certo raciocínio teleológico dentro de seu trabalho. A autora recorre a noções do último estágio do processo histórico para analisar a dinâmica de seu entremeio, ou seja, parte de um liberalismo existente e declarado por Campos nos anos 80 para encontrar este mesmo liberalismo no pensamento do economista durante os anos 50 até meados dos 60. E mesmo que reconheça no Campos da década de 1950 uma “face moderna” (não ortodoxa) frente a uma “face conservadora” (ortodoxa), a autora desconsidera a primeira sabendo que segunda tornou-se preponderante com o tempo.

Então, se Madi afirma que sua dissertação contribui para “explicitar a conexão” entre o “projeto econômico” de Campos para o Brasil entre 1951 e 1964 e a política adotada por ele no primeiro governo militar (1964-67), podemos acrescentar que seu trabalho também busca a conexão entre tal projeto de Campos (1951-64) e seu posicionamento político último, o liberalismo dos anos 1980 – nunca mencionado pela autora. Madi liga, dentro do pensamento de Campos, os dois períodos através da concepção liberal, a qual, para a autora, sempre esteve subjacente à atuação pública do economista. E assim, impondo o liberalismo ao economista, o que faz com a constatação de que o próprio Campos propunha um Estado interventor? A solução é classificar o Estado como “ajuste *ad hoc*” à teoria liberal. Contudo, tal “ajuste” seria mais uma negação da doutrina do *laissez-faire*, que essencialmente prega a **não intervenção do Estado** em assuntos econômicos. Madi parece ter reconhecido essa incoerência em trabalho posterior.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Madi escreve sua dissertação na década de oitenta, alguns anos antes de Bielschowsky publicar seu livro, época em que Roberto Campos já se encontrava nas trincheiras da batalha por uma economia liberal no Brasil. Tendo a vivência acadêmica da pós-graduação no Instituto de Economia da Unicamp, escola reconhecidamente ligada à heterodoxia – e a própria autora entendendo-se como uma economista heterodoxa – Madi certamente viu Campos no *front* político e intelectual adversário. Assim, entendemos que, buscando desautorizá-lo enquanto pensador liberal, Madi recupera a sua atuação pré-64 a fim de construir, com base nas concepções heterodoxas, uma análise crítica sobre o discurso do economista.

<sup>31</sup> Em publicação posterior, mais sucinta e estruturada, Madi mantém suas concepções e a sua base de argumentação para narrar a trajetória de Campos, e faz isso tão deliberadamente que utiliza as publicações dos anos 1960 para comentar as posições de Campos nos anos oitenta, e a única fonte que utiliza para comentar os anos 1980-90 é a autobiografia de Campos. Não obstante refaz sua apresentação de modo a não enquadrá-lo diretamente como um liberal. MADI, Maria Alejandra. “A vanguarda do pensamento conservador: as ideias econômicas de Roberto Campos” in SZMRECSÁNYI, Tamás e

Esse primeiro período da atuação de Campos foi muito debatido pela historiografia, o que não é verificado em relação ao período posterior a 1964. Poucos trabalhos se ocupam desta fase subsequente. Dos anos em que Campos esteve a frente do Ministério Extraordinário do Planejamento (1964-67), Santos faz uma breve narrativa relacionando seu discurso e a real prática política nacional, complexa e às vezes reticente – devido ao embate entre setores e governo – aos desígnios de Campos.<sup>32</sup> No texto, fica clara a função de Campos como planejador e seu distanciamento do discurso liberal, muito embora prestasse reverência a Gudin – como também ressalta Godoi em citação que ilustra a questão:<sup>33</sup>

Se alguém existe na adusta paisagem brasileira, que possa ser descrito como “chevalier sans peur et sans reproche”, seu nome é Eugênio Gudin... Administrador eficiente... Empresário de êxito... Ministro da Fazenda dos mais bravos e competentes, com uma soberba capacidade de renúncia para preservar princípios, a quem nenhuma condição faltava, exceto a exiguidade do tempo de ministração, para sanear nossas finanças... Entretanto, como é da condição humana, o grande mestre tem lá seus cacoetes: um deles é a ojeriza a *planos e planificação*.<sup>34</sup>

Dentre os trabalhos que encontramos em nossa pesquisa, há um único que pretendeu de fato explicar a transição pela qual passou Roberto Campos. Em 1999, Reginaldo Perez publica obra na qual procura narrar toda a trajetória política de Roberto Campos de 1951 a 1995.<sup>35</sup> Tendo lido talvez toda bibliografia sobre Campos publicada até então, este autor, no que se refere ao período 1950-64, incorpora as ideias de Bielschowsky – na opinião de Perez, “o melhor hermenêuta” das publicações de Campos daquele período, tendo feito uma “leitura precisa”.<sup>36</sup> Seu método de análise prioriza o conceito de razão dentro da estrutura do intelecto de Campos, é através desta

---

COELHO, Francisco da Silva. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

<sup>32</sup> SANTOS, Marcelo Henrique Pereira Dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 112-121. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200014>. Acesso em 14/04/2015

<sup>33</sup> GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. *Roberto Campos e a economia brasileira*. São Paulo: PerSe, 2014.

<sup>34</sup> CAMPOS, Roberto. Do outro lado da cerca. Rio de Janeiro: APEC, 1968. p. 145. Percebe-se a retórica de Campos, o detalhe da palavra que revela o eufemismo ao encontrar o erro de Gudin: “cacoete”.

<sup>35</sup> PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 1999.

<sup>36</sup> PEREZ, 1999, pp. 40-41, nota 4

concepção que será desenvolvida a tese do autor, que caracteriza dois diferentes momentos do pensamento do economista: o da razão do Estado e o da razão do Mercado. A razão teria autonomia frente às questões morais e políticas, produzir uma certa **ordem** seria seu fim. “O mundo é – ou deveria ser – razão. Pouco importa se essa é insuficiente à produção da ordem... Interessa apenas que ela dê indicações de ser suficiente à produção e à manutenção da ordem possível”.<sup>37</sup>

A “razão no Estado” teria sido um todo monolítico, no qual, porém, haveria nuances ao decorrer do tempo. Tomando como correta a análise de Bielschowsky sobre o período 1951-1964, e olhando então para o governo de Castelo Branco, Perez dirá que o principal projeto político-econômico de Campos, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), apresentado em novembro de 1964, era o corolário de sua atuação precedente – do ecletismo que se colocava entre os liberais e os estruturalistas;<sup>38</sup> e que tal plano não viria ao encontro das demandas empresariais, viria sim na busca por impor uma dinâmica de mercado mais próxima do ideal, e talvez utópico, capitalismo concorrencial. Objetivo que foi combatido pelo empresariado nacional organizado, que entrevia no PAEG sua parcial ruína, com a entrada de empresas estrangeiras e com as políticas restritivas do plano de Campos e Bulhões.

Após o fim do primeiro governo militar, afastado dos cargos de poder estatal, aplicava Campos a sua retórica em grande número de artigos publicados em âmbito nacional. Sua posição era defensiva, porque criticado por muitos lados inclusive oficialmente pelo governo, contudo seus argumentos não deixavam de cuidadosamente criticar a nova gestão. A ideia central de defesa baseava-se num argumento de “base lógica irretorquível: as condições para tão propalado crescimento do governo Costa e Silva só eram possíveis em função da disciplina praticada no governo anterior”. Campos, então, insere-se no setor privado. Presidente de um banco de investimentos (Investbanco), e aproximando-se cada vez mais das posições liberais, veria o Ato Institucional Número Cinco com preocupação, pois nele vislumbrava o crescimento desmesurado do Estado. É o que afirma Perez, e traz um indício da transformação ocorrendo no pensamento de Campos:

---

<sup>37</sup> PEREZ, 1999, p. 32

<sup>38</sup> PEREZ, 1999, pp. 143-144

Campos especifica pela primeira vez em sua obra a figura do intermediador público como vilão. ‘Descobri, afinal, o pilantra. É o burocrata’. A afirmação, feita em setembro de 1968, amplia o escopo de sua profanação – ainda discreta, se comparada à de Gudin, por exemplo – ao espaço público; antinomiza-se-o um pouco mais, a partir daí, à esfera privada. E, ao fazê-lo, Campos aproxima-se mais do universo liberal. Acrescente-se que ainda não há qualquer referência denunciatória ao planejamento, o que só viria a ocorrer após a experiência londrina, já nos anos 80. Desse modo, permanece a razão do Estado.<sup>39</sup>

Em 1974, afirma o autor, se Campos não era um ferrenho defensor do governo, também não poderia ser considerado um dissidente, pois apoiava o “produtivismo” praticado, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro não deveria ser modificado, precisava de continuação e necessitava de estabilidade política. Relatando os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil entre as décadas de 70 e 80, a “distensão” e a posterior “abertura” do regime militar, a crise econômica e a consequente crise de legitimação, Perez descreve a relação intelectual de Campos com a política ditatorial praticada nesses anos. Contudo, os fatos que realmente teriam ocasionado incisivamente a mudança de pensamento foram os ocorridos na Inglaterra durante sua atuação como embaixador em Londres (1975-82). Após suas experiências na Inglaterra, Campos voltaria ao Brasil negando o “Estado como amálgama da vida social: ‘Os anos de Wilson e Callaghan foram para mim férteis em lições. Convenci-me da ineficácia das receitas trabalhistas de paternalismo governamental; convenci-me da inutilidade de ataques gradualistas à inflação; convenci-me das enormes desvantagens da estatização de empresas, que passam a representar enorme carga orçamentária’”<sup>40</sup>. A vitória na eleição para senador pelo Estado do Mato Grosso terminaria de moldar o novo papel desempenhado por Campos na conjuntura nacional: um liberal-democrata atuando no legislativo.

Perez utiliza como fonte substancial para construção de sua narrativa a autobiografia de Campos, recurso certamente necessário, porém que deve ser lido com ponderação e cautela.<sup>41</sup> E, ao observarmos no trabalho de Perez as citações e colocações relacionadas a *Lanterna na Popa*, notamos que o autor baseia seu entendimento da transição pela qual passa o pensamento do economista na própria autobiografia de

<sup>39</sup> PEREZ, 1999, p. 163

<sup>40</sup> PEREZ, 1999, p. 176

<sup>41</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

Campos. Perez toma as palavras de Campos sobre si mesmo e as transplanta para seu trabalho. Tal procedimento não nos parece esclarecedor e suficiente, de modo que se faz necessária maior perscrutação deste tema, retomando as publicações do período em que esteve em Londres como embaixador. É o que veremos na próxima seção.

Antes de passar à segunda seção, vejamos um pouco as posições “ultraliberais” de Campos nos anos 80 e 90. Nesse intento, destacamos Angela Ganem.<sup>42</sup> Estudiosa e crítica das doutrinas liberais, Ganem adentra o cenário dos anos 80 a fim de analisar o pensamento de Roberto Campos como defensor do mercado enquanto teoria geral da sociedade.<sup>43</sup> Para ela, os anos 70 e 80 assistiram ao encantamento de Campos pelo discurso ultraliberal e à superação de sua crença no planejamento como instrumento eficiente de combate a desequilíbrios da economia. A autora destaca que Campos, em um artigo do início da década de oitenta, lamenta que a “revolução econômica liberal não tenha aportado ainda em plagas brasileiras”.<sup>44</sup> Ganem cita as quatro razões apreendidas por Campos para o sucesso das concepções da chamada escola austríaca: o desapontamento com o keynesianismo (cuja contrafação [sic] latino-americana foi o estruturalismo); o desapontamento com a ineficiência econômica do planejamento centralizado dos sistemas marxistas; o desapontamento com o *welfare state*, que levou a um crescimento desproporcional de benefícios e custos; o desabrochar da era da alta tecnologia que pressupõe individualismo criador e excitação competitiva impossível de alcançar sob a égide de burocracias dirigistas.<sup>45</sup>

E para essa nova época a que o País chegava, Campos encontrava e propunha um novo eixo que encaminhasse a vida da nação: o mercado. E com ele, a descrença do papel estatal como órgão central de poder e razão, conjuntamente à desconfiança na justiça social que os Estados nacionais pudessem buscar por meios que não a “liberdade individual”. Os anos 90 ratificam a posição liberal de Campos. Para Ganem, houve uma crescente identificação do economista com as ideias de Hayek, e isso claro ao expor em diversos artigos “suas opções teóricas de fundo: suas concepções

<sup>42</sup> Perez também aborda a questão, mas optamos pela clareza de exposição de Ganem em detrimento das colocações um tanto quanto empoladas do autor.

<sup>43</sup> GANEM, Angela. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos. In: Nova Economia v. 10 n. 1 Belo Horizonte jul. 2000

<sup>44</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. Um guia para os perplexos. Rio de Janeiro: APEC, 1984. p.85

<sup>45</sup> CAMPOS, 1984, p. 86

de sociedade como mercado, neoliberalismo, estado minimal”. Para Ganem, Campos encontrou sua nova fórmula para o futuro:

baseado nas ideias hayekianas, está convencido que encontrou no mercado a chave da compreensão da história e na sua inexorabilidade supostamente inquestionável, a única forma de organização possível para a sociedade brasileira.<sup>46</sup>

## O projeto e a conversão

Para tratarmos da *conversão* de Roberto Campos, estabeleçamos o que, em linhas gerais, a historiografia apresenta como conteúdo dessa transformação: Campos altera sua interpretação do planejamento estatal, o qual de elemento necessário e produtor passa a ser uma distorção improfícua e nociva ao caminho do desenvolvimento. A fim de compreender uma transformação, é necessário caracterizar o estado inicial e o final do objeto em análise, e assim, comparando-os, encontrar suas principais diferenças e suas possíveis continuidades. Então, tendo consciência dessa ruptura no pensamento de Campos, e no intuito de esclarecê-la, precisamos primeiramente identificar o pensamento que precede à transformação, ou seja, descrever as principais características e determinantes do posicionamento planejador de Campos.

Aprovado em concurso do Itamaraty no ano de 1938, jovem de formação clássica humanística – marca manifesta de sua retórica –, Roberto Campos inicia sua carreira diplomática sob as orientações de política externa do Estado Novo. Osvaldo Aranha era, então, o ministro das relações exteriores do governo varguista, sua inclinação pró-Estados Unidos e questões objetivas do contexto de guerra vão gradualmente encaminhando o alinhamento internacional brasileiro rumo à oficialização do apoio aos Aliados em 1942 e, principalmente, à relação longeva de cooperação com a potência norte-americana.<sup>47</sup> Campos acompanhou esse processo, e o suceder da Segunda Guerra, primeiramente em solo nacional e depois em território estadunidense: fora transferido para Washington em meados de 1942, seria secretário de embaixada e

---

<sup>46</sup> GANEM, 2000, p. 36

<sup>47</sup> O contexto do final da década de 30, com a preparação para a guerra e depois com o bloqueio naval inglês no Atlântico, e mudanças na política externa americana, favoreceram o alinhamento com os Estados Unidos. As Missões Cooke, Abbink, e a CMBEU são peças dessa cooperação. BANDEIRA, M. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. BARROS, Jayme de. A política exterior do Brasil (1930-1942). Rio de Janeiro: Zelio Valverde 1943



trabalharia no setor de comércio.<sup>48</sup> Ali, seu contato com o pensar econômico se aprofunda, não só pelas funções que exercia na embaixada, mas pela decisão de iniciar o curso de economia na George Washington University, de onde sairia pós-graduado em 1947.<sup>49</sup>

A questão nacionalista é intrínseca à carreira na diplomacia – quanto mais em tempos de guerra e de economias dependentes do grande comércio internacional. Na guerra iniciada em 1939, mesmo países que não se desgastaram com grandes embates bélicos e com custosas negociações diplomáticas tiveram de se preocupar com as dificuldades na obtenção de suprimentos externos à suas economias nacionais. Foi certamente o caso brasileiro, e, na explicação de Campos – que trabalhara em Washington na função de garantir fornecimento dos EUA ao Brasil –, a percepção dessas dificuldades (a clara dependência de suprimentos externos de petróleo principalmente) o levava a pensar em um modelo de desenvolvimento para o Brasil, um “modelo ideal de substituição de importações”<sup>50</sup> – possivelmente o gérmen do que viria a ser o “desenvolvimentismo não nacionalista”, devidamente evidenciado por Bielschowsky.

Se desde cedo essa já era uma questão importante em seu pensamento, Campos parece não ter ignorado a tradição tão bem expressa na máxima “o diplomata é antes de tudo um servidor público”.<sup>51</sup> Ao longo de sua trajetória na política brasileira sempre procurou demonstrar que estava compromissado com o interesse nacional: a diplomacia, como responsabilidade de procurar o bem maior para a nação, certamente trouxe aos desígnios de Campos uma influência importante. Não por coincidência, seus discursos parecem pautar-se pelo mesmo ideal de interesse nacional de outro eminente diplomata de geração mais recente:

Ser diplomata é saber se colocar acima das paixões e dos modismos do presente, transcender interesses políticos conjunturais, em favor de uma visão de mais longo prazo, afastar posições partidárias ou de grupos e movimentos com inserção parcial ou

<sup>48</sup> Nossa revisão da trajetória de Campos baseia-se em toda historiografia consultada, inclusive em sua autobiografia, não obstante buscamos ater-nos aos fatos que se podem julgar como objetivos, e ter cautela quanto aos julgamentos feitos por Campos em 1994.

<sup>49</sup> Roberto Campos inicia o doutorado na Columbia University em Nova York, mas não o concluiu por ter tido de voltar ao Brasil em 1949.

<sup>50</sup> CAMPOS, 1994, p.76

<sup>51</sup> Máxima oficializada no site do Instituto Rio Branco. Ver: <http://www.institutoriobranco.mre.gov.br> acesso em 24/04/2015.

setorial na sociedade, em favor de uma visão nacional e uma perspectiva de mais longo prazo. Significa, sobretudo, contrapor às preferências ideológicas pessoais, ou de grupos momentaneamente dominantes, ou dirigentes, uma noção clara do que sejam os interesses nacionais permanentes.<sup>52</sup>

Mas as “preferências ideológicas pessoais” não podem ser integralmente suprimidas, são elas conteúdo intrínseco a qualquer posição política, a toda proposta científica e intelectual, e, no caso de Campos, à constituição do seu projeto nacional.<sup>53</sup> A “preferência” de Campos – ainda que não se possa identificar sua original determinante – consolida-se na segunda metade da década de 1940 e início de 1950, época na qual a contraposição entre os modelos de desenvolvimento econômico capitalista e comunista era uma questão político-ideológica premente. Era a transição de uma multipolaridade para a bipolaridade mundial, carregada pela URSS e pelos EUA.<sup>54</sup> Entre os ideais de uma sociedade comunista e de uma capitalista, Campos, é certo, decide-se pela segunda opção. E, é importante ressaltar, esse ideal se subordinava a uma existência real: o arquétipo de sociedade capitalista a que Campos aspirava estava certamente baseado em sua visão dos países desenvolvidos, principalmente da sociedade norte-americana. À época, a realidade social e econômica desse conjunto de nações era antes a busca pela estabilidade social em um capitalismo pautado pelo *welfare state*, do que políticas liberais de mercado autorregulado.<sup>55</sup> Campos captava a existência dessa realidade, que denominava de “capitalismo social”.<sup>56</sup> Imbricada a esse contexto estava também a forte presença de uma nova concepção da dinâmica econômica: a *Teoria Geral* de Keynes, que rompia com a ideia de equilíbrios automáticos de mercado e de não intervenção estatal, foi amplamente utilizada nas políticas econômicas e divulgada nos centros de ensino e pesquisa em economia, assim também nos Estados Unidos.<sup>57</sup> Campos não sairia incólume a essa conjuntura: ainda que não propriamente um keynesiano, tinha grande conhecimento sobre as teorias do

<sup>52</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Ser Diplomata: Reflexões anárquicas sobre uma indefinível condição profissional. In: Profissionalização em relações internacionais: diplomacia, 2006, Brasília. Novas Abordagens para a Reforma do Estado, 2006. p.2

<sup>53</sup> SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Londres: Oxford, 1974, pp. 34-40

<sup>54</sup> SAES, Flávio e SAES, Alexandre. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 501 a 515.

<sup>55</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Os antecedentes da tormenta. Origens da crise global*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Ver também EICHENGREEN, Barry J. *A globalização do capital, uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012. pp. 132-133

<sup>56</sup> MADI, 1985, pp. 9-11

<sup>57</sup> JONES, Byrd L. The Role of Keynesians in Wartime Policy and Postwar Planning, 1940-1946. *The American Economic Review*, Vol. 62, No. 1/2 (Mar. 1, 1972), pp. 125-133.

economista britânico e lhes dava o valor de uma importante parte da ciência econômica. Tal fato é constatado em sua tese de mestrado e em artigo posterior.<sup>58</sup>

Junto à concepção de ideal de sociedade, a ciência econômica torna-se recurso da lógica de Campos, a sua formação em Washington lhe forneceu as bases da interpretação e do raciocínio em *economics*, que aplicaria à realidade brasileira. Mas essa ciência e seus postulados tinham a sua essência histórica e empírica nos países de desenvolvimento avançado, nos países do “primeiro mundo”, e não nas economias subdesenvolvidas. Campos perceberia que as condições históricas e sociais do Brasil, país de terceiro mundo, não comportavam a aplicação direta das teorias econômicas que conhecera em seus estudos, adequadas como eram a outro contexto que não o brasileiro. Contribuíram para essa percepção de Campos seus estudos em história e sociologia, a partir deles encontraria sua interpretação dos processos iniciais que levaram as nações desenvolvidas ao capitalismo moderno, e assim, notando a evidente discrepância entre os processos históricos do centro e da periferia do capitalismo, pôde diferenciar as estruturas do capitalismo desenvolvido e do subdesenvolvido.<sup>59</sup>

No início dos anos 50, ao oficialmente começar a pensar no desenvolvimento brasileiro, enquanto membro da CMBEU, Campos já se colocava a par do debate internacional sobre planejamento econômico em nações capitalistas e socialistas.<sup>60</sup> Seu pensamento está certamente imerso nesse meio intelectual, onde as ideias, normalmente elaboradas nos países desenvolvidos, difundiam-se internacionalmente atingindo realidades distantes daquelas em que foram inicialmente concebidas. Ligado à produção de conhecimento tanto dos centros quanto da própria América Latina, Campos criou uma fórmula própria de desenvolvimento, na qual buscava conciliar a aplicação da ciência econômica com o “cenário institucional” brasileiro.<sup>61</sup> Nota-se que havia influências mais nítidas em sua fórmula. Como mostra Bielschowsky, com a Cepal Campos compartilhava a ideia basilar da tendência estrutural à inflação no processo de

<sup>58</sup> Tese de Campos. Artigo RBE 1950.

<sup>59</sup> CAMPOS, Roberto. Uma Interpretação Institucional das Leis Medievais da Usura. *Revista Brasileira de Economia*.v. 6, n. 2 1952b

<sup>60</sup> Campos discute vários tipos de planejamento, demonstrando contato com a produção internacional de conhecimento. Utiliza o conceito de planejamento proposto por Landauer, mesmo sem aderir às posições do economista alemão. CAMPOS, 1952a. pp. 11-23

<sup>61</sup> CAMPOS, Roberto. O desenvolvimento econômico do Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, ago. 1952c

superação do subdesenvolvimento, mas, deve-se sublinhar, mais fortemente se alinhava a Gudin nas concepções de teoria monetária e de distorções causadas pela inflação na dinâmica de alocação de recursos.<sup>62</sup> Dentre as diversas ideias que se colocavam de 1940 a 1960, pode-se dizer que Nurkse foi o autor com cuja obra a fórmula de Campos teve mais identidades: dada a falta do hábito da poupança, de capital acumulado e do empresário inovador, o crescimento equilibrado com participação do Estado em investimentos fundamentais e de grande porte era a opção lógica, e essa era a proposta de ambos.<sup>63</sup> Era o que Campos, emulando a visão schumpeteriana do desenvolvimento endógeno e distorcendo-a ao quadro das nações subdesenvolvidas, chamava de “desenvolvimento derivado”, nascido da necessidade do “capitalismo social” de comprometer-se com o bem-estar das massas.<sup>64</sup>

Para a execução desse projeto econômico, a condução do governo e o futuro do Estado nacional não escapavam à visão de Campos. Se a configuração da população e das instituições econômicas brasileiras, de traços pré-capitalistas, não dava indícios de que o país pudesse alcançar por si mesmo e em tempo razoável o desenvolvimento urgente, o Estado agiria como catalisador desse processo, com seu poder de concentrar o capital, com sua “faculdade telescópica” de entrever a melhor disposição possível para investimentos, e também com sua legitimidade de conciliar ou impor a ordem necessária para desenvolvimento. Contudo, um Estado extremamente politizado, sujeito à demagogia e ao populismo, como Campos via o Brasil, não teria a eficiência necessária para alocar os recursos econômicos. Assim, surgia a figura central do tecnocrata, o burocrata neutro politicamente e detentor de conhecimento científico, que indicaria as políticas econômicas a serem seguidas – tipo idealizado com o qual o próprio Campos julgava identificar-se. A tecnocracia se colocaria como agente maior do desenvolvimento econômico, planejando a devida intervenção estatal na economia, e o governo deveria compreender as resoluções técnicas propostas por ela como o caminho racional a trilhar em busca do crescimento. Para Roberto Campos, no Brasil dever-se-ia

<sup>62</sup> GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

<sup>63</sup> DRECHSLER, Wolfgang. *Towards the Law & Economics of development: Ragnar Nurkse (1907–1959)*. Published online: 26 March 2009 Springer Media, LLC. E também NURKSE, R. (1953). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. 1964. Oxford: Basil Blackwell.

<sup>64</sup> Concepção de Campos que é explicitada diversas vezes ao longo do tempo, desde a época da CMBEU até o período posterior a sua saída do ministério do planejamento. Madi ressalta esse ponto, ver MADI, 1985, pp. 9-11

seguir mais a ciência dos tecnocratas e menos as paixões e demagogias dos políticos: a intervenção seria racional se se confinasse às normas que o tecnocrata elegia, as quais não permitiriam ao Estado exceder seu papel e gerar distorções no mercado. Observa-se que suas propostas apontavam para um tipo de poder econômico centralizado que, procurando manter e fomentar as forças da iniciativa privada, administrasse eficientemente os capitais que estivessem sob seu controle, tanto os de origem nacional quanto os advindos de empréstimos do primeiro mundo – os últimos de maior monta e de suma importância no projeto de Campos, como salientou Bielschowsky. A centralização era necessária, fosse em um banco nacional executor econômico de um governo que proporcionava um pacto com as vozes políticas internas e externas (como foi o de JK utilizando-se do BNDE, até o rompimento com o FMI), fosse no poderio maior de um regime autoritário que, tendo amplo controle sobre as políticas internas, se alinhava com o poder econômico externo (como foi o regime instaurado pelos militares em 1964). Para esse fato aponta principalmente Moraes, mas também Madi e Gennari.

E é também na figura do tecnocrata que se resolve a questão – deixada em aberto por Bielschowsky – de como poderia Campos ter sido o “maior opositor da Cepal” e ao mesmo tempo usar seus relatórios e seus estudos para a produção de política econômica: como tecnocrata capaz de discernir o conhecimento “científico” do “não científico”, Campos saberia reconhecer os pontos válidos da ciência cepalina e utilizar-se deles. A parte da teoria que não condissesse com a racionalidade científica deveria ser retirada de pauta, assim Campos se opõe totalmente às conclusões cepalinas de que a inflação é consequência necessária à superação do subdesenvolvimento.

Enfim, Campos propunha um projeto de desenvolvimento nacional claramente decidido pelo capitalismo, à imagem e semelhança das sociedades desenvolvidas do primeiro mundo; orientado pelo instrumento da ciência econômica, intrinsecamente ligada à realidade dos países centrais; auxiliado amplamente por capitais externos; e levado em frente pelo Estado “racionalizado” na figura do tecnocrata, que teria consciência do devido grau de intervenção estatal na economia. Tal projeto teve a oportunidade de ser posto em prática quando do início do regime militar (1964-67), no conjunto de políticas que Campos e Bulhões implementaram, enquanto ministros do planejamento e da fazenda, respectivamente, do governo Castelo Branco: a reforma e

criação de instituições econômicas, as determinações de políticas fiscal, monetária e salarial, e supressão de entraves ao investimento estrangeiro.<sup>65</sup>

Depois de três anos à frente do planejamento nacional, com índices de crescimento e de inflação aquém dos esperados, Campos deixa o cargo: haveria a troca de comando e os novos potentados prometiam a prática de uma política econômica renovada que alcançasse melhores resultados.<sup>66</sup> Deixando também suas funções do Itamaraty – nesse caso por licença – parte para o trabalho na iniciativa privada na qual continuaria até 1975. Durante esses anos, mesmo afastado de cargos públicos, Campos manteve sua postura em defender o que entendia como interesse nacional, e também continuou atento ao cenário político-econômico internacional e às ideias que aí circulavam – sua atividade pública se dava por meio de artigos publicados em jornais e revistas e de pronunciamentos em conferências. Em encontro com industriais argentinos em maio de 1968 expõe a continuidade de sua crítica às atitudes “irracionais”, que dificultavam o desenvolvimento tanto no Brasil quanto na Argentina: o populismo, o desenvolvimentismo (identificado à Cepal), o estatismo e o nacionalismo. E propondo um caminho conjunto de desenvolvimento equilibrado entre as duas nações sul-americanas, expõe as ideias de Pierre Massé que fora “Commissaire général du Plan” da França entre 1959 e 1966:<sup>67</sup>

Saberemos, juntos, decifrar o dilema do desenvolvimento com estabilidade, da justiça social sem demagogia estéril, da liberdade sem indisciplina. Temos em mãos a capacidade de fabricar nosso próprio destino. Esta é, na realidade, a grande obra de engenharia social na América Latina. Pois, como disse Pierre Massé, o grande planejador francês: trata-se menos de adivinhar o futuro do que de o modelar; menos de prevenir um futuro provável do que realizar o futuro desejável. O plano, dizia Pierre Massé, é uma aventura calculada e não uma superstição aritmética.<sup>68</sup>

Em discurso de março de 1970, como paraninfo de uma turma de formandos em economia, Campos novamente afirmava que os principais obstáculos ao desenvolvimento latino-americano, mais do que nos fatores técnicos e físicos, residiam no “socialismo incoerente”, no “paternalismo ineficaz” e no “nacionalismo

<sup>65</sup> Perez afirma que o Paeg é o corolário do pensamento de Campos pré-64. PEREZ, 1999, p. 144

<sup>66</sup> PEREZ, 1999, pp. 162-165

<sup>67</sup> A passagem citada por Campos está em: MASSE, Pierre. *Le plan ou l'anti-hasard*. Paris: Gallimard, 1965.

<sup>68</sup> CAMPOS, Roberto. *Ensaio contra a maré*. 2.ed. Rio de Janeiro: APEC, 1969. p. 234

temperamental”.<sup>69</sup> No mesmo discurso, demonstra o contato direto e atual com a política e a produção de ideias, ambas em contexto internacional: Campos utiliza o conceito de “aldeia global” e cita seu criador, o filósofo canadense McLuhan, expoente pensador dos anos 60 e 70; faz referência elogiosa a Charles Court e a seu trabalho como ministro para o desenvolvimento industrial na Austrália Ocidental durante os anos 60;<sup>70</sup> cita o “monumental livro” de Myrdal, *Drama da Ásia* (1968), para relacionar o subdesenvolvimento da Ásia Meridional e da América do Sul;<sup>71</sup> e encerra sua fala de paraninfo com um parte do discurso que Robert McNamara, secretário de defesa dos EUA (1961-68), havia proferido no último encontro da Junta de Governadores do Banco Mundial”.

A atenção de Campos à dinâmica política e econômica internacional ao longo dos anos em que esteve na iniciativa privada é constatação evidente ao ler-se *O mundo que vejo e não desejo*, livro que é uma seleção de seus ensaios escritos entre 1969 e 1974.<sup>72</sup> A primeira parte da obra, “Política Internacional”, trata de diversos assuntos, desde os conflitos no Oriente Médio e o equilíbrio de poderes na Guerra Fria, até a morte de De Gaulle e a política em Portugal. No artigo “A Ásia revisitada” de julho de 1971, Campos analisa brevemente as experiências econômicas do Japão, da Coreia do Sul, de Hong-Kong, de Cingapura (todos com taxas de crescimento do produto acima de 10% e a inflação mais alta sendo a do Japão, entre 5 e 7%) e também daqueles países que optaram pelo estatismo socializante e cresceram em níveis muito menores como Índia, Indonésia e Birmânia.<sup>73</sup> Assim, utilizou-se da realidade asiática, no início da década de 1970, para corroborar conclusões fundamentais em seu projeto para o Brasil desde os anos 50: “inflação é desnecessária ao desenvolvimento econômico” e “os modelos socializantes de desenvolvimento se têm revelado muito menos eficazes que os baseados na economia associativa de mercado”. E a conclusão para o interesse nacional: “o Brasil não tem por que mudar seu modelo de desenvolvimento. O que é preciso é dar continuidade a esse processo e manter um contexto propício à estabilidade política”. Esse é, em linhas gerais, o posicionamento de Campos ao longo do período do “milagre

<sup>69</sup> CAMPOS, Roberto. *Ensaios imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 365

<sup>70</sup> Court viria a ser primeiro ministro da Austrália Ocidental em 1974.

<sup>71</sup> MYRDAL, Gunnar. *Asian drama: an inquiry into the poverty of nations*. Nova York: Pantheon, 1968.

<sup>72</sup> CAMPOS, Roberto. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

<sup>73</sup> CAMPOS, 1976, p. 58

brasileiro” (1967-73), que teve na liderança econômica outro tecnocrata, Delfim Netto, o qual, dado suportável grau de intervenção estatal, manteve a economia brasileira integrada ao comércio internacional e receptiva aos capitais estrangeiros, e assim, *mutatis mutandis*, continuou também o projeto de Campos.

Frente a resultados crescente do PIB e estáveis da inflação, Campos chega a cogitar, em artigo de maio de 1973, poucos meses antes do primeiro choque do petróleo e o fim do “milagre”, que a “fórmula brasileira” pudesse ser “preferível às demais”; pois parecia provável, dada a taxa de crescimento de 1972, a formação de reservas e o incremento nas exportações, que o Brasil tivesse aprendido a “difícil arte de distinguir os verdadeiros dos falsos inimigos do desenvolvimento”.<sup>74</sup> Essa visão de certo otimismo quanto ao futuro da economia brasileira é também constatada em *A nova economia brasileira* de 1974, livro de Mario Henrique Simonsen em parceria com Roberto Campos, no qual analisam as bases econômico-sociais criadas durante os primeiros 10 anos de regime militar e propõem a continuação do processo de desenvolvimento.<sup>75</sup>

Em novembro de 1973, o choque do petróleo e a decorrente *stagflation*, observada já no ano de 1974 nas nações desenvolvidas, viriam a dar o primeiro sinal a Campos de que a ciência econômica ligada ao modelo de desenvolvimento ocidental no pós-guerra, sobre a qual seu próprio projeto se apoiava, poderia não ter as respostas satisfatórias para a nova realidade que surgia. Um ano após o choque, Campos constatava um cenário mundial de crise, principalmente energética e inflacionária, grandes transformações na conjuntura mundial tornavam-na cada vez mais complexa.<sup>76</sup> Em artigo publicado em 1975 intitulado “Mudando de profissão”, é percebida uma incipiente descrença de Campos com relação ao cientificismo dos métodos preponderantes até então: era notória a “incapacidade [dos economistas], em diversos países, não só de curar a inflação, como de chegar sequer a um acordo doutrinário sobre o diagnóstico e terapêutica do atual processo inflacionário”.<sup>77</sup> Cita também James

<sup>74</sup> CAMPOS, 1976. p. 224

<sup>75</sup> SIMONSEN, Mario H. e CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

<sup>76</sup> A epígrafe que Campos escolheu para o artigo caracteriza o momento de perturbação da ordem estabelecida em seu pensamento: “Suspeito que o Universo não é mais estranho do que suponho; é mais estranho do que somos capazes de supor” (passagem de *O caso Morel*, de Rubem Fonseca). CAMPOS, Roberto. As grandes transformações revisitadas. *Digesto Econômico*, São Paulo, jan-fev. 1975a

<sup>77</sup> CAMPOS, Roberto. Mudando de profissão. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-jun. 1975b



Tobin, reconhecido economista norte-americano, que procurou analisar os tipos de inflação que atingiam os EUA à época, mas, no entendimento de Campos, nenhuma análise conseguia colocar-se como correta:

Seja como for, os cultores da ciência econômica não podem deixar de estar melancólicos. Antigamente podia-se dizer que o fenômeno inflacionário provinha apenas da indisciplina dos políticos, que não obedeciam ao receituário clássico... Hoje, dezenas de grandes economistas chamados à Casa Branca exibem publicamente funda divisão sobre o diagnóstico e terapêutica da inflação americana.

Campos assume, nos primeiros meses de 1975, a Embaixada do Brasil em Londres com as mesmas perspectivas de seu projeto nacional para o Brasil – ainda confiante no planejamento estatal, agora comandado por outro tecnocrata, M. H. Simonsen, em quem Campos depositava explícita confiança.<sup>78</sup> Mas o período de oito anos como embaixador implicaria mudança dessas perspectivas. Campos nunca negligenciara o evoluir da política internacional, principalmente a europeia e a norte-americana, e estando em um dos centros dinâmicos do mundo ocidental, seu contato com as ideias circulantes nos países desenvolvidos seria ainda maior. Sua chegada a Londres coincide com o andamento da primeira crise econômica mundial sincronizada, e a economia britânica, na qual o papel do Estado era fundamental (em 1975, 58% do PIB era apropriado pelo Estado), não deixava de sofrer graves consequências. O “contrato social”, proposto por Harold Wilson em 1974 e continuado por Callaghan até 1979, buscava ser um consenso entre Estado, capital e trabalho; reavivando a indústria britânica – que vinha em declínio se comparada aos outros países europeus – e mantendo o *welfare state*, Mas as decisões do governo não obtinham eficácia frente ao conjunto de pressões: dos déficits no balanço de pagamentos e da inflação (ambas mal vistas pelos detentores de capital), e principalmente, a pressão política dos sindicatos contra o desemprego. As políticas keynesianas para o controle de recessões estavam desacreditadas e não existia consenso entre os economistas sobre a efetividade de políticas monetárias para diminuir a taxa de inflação.<sup>79</sup>

Em 1977, a realidade de estagflação era partilhada por todos os países desenvolvidos, e Campos, atento ao evoluir da crise e valendo-se da mesma ciência que

<sup>78</sup> CAMPOS, 1975b.

<sup>79</sup> HALL, Stuart. *The Hard Road to Renewal, Thatcherism and the Crisis of the Left*. Londres: Verso, 1988.

conhecera ainda nos anos 50, acreditava que a teoria keynesiana não era eficaz na contenção do processo inflacionário, mas era válida na promoção do crescimento, e propunha que as “economias robustas” (EUA, Alemanha Ocidental e Japão) puxassem esse crescimento.<sup>80</sup> Mesmo frente a uma estagnação mundial, Campos mantinha o otimismo quanto ao futuro do Brasil, que já era um país “semi-industrializado”, que havia cruzado “a fronteira do subdesenvolvimento” e se tornado a oitava maior economia mundial; e para manter-se no rumo do crescimento deveria, junto ao combate à inflação, atentar para a produção energética interna a fim de sanar o balanço de pagamentos.<sup>81</sup> No combate à inflação, Campos dispensava os “tratamentos de choque”: ainda encontrava a “abordagem gradualista” – que teria sido a aplicada no Paeg – como a mais racional, pois auxiliada pela correção monetária garantia a possibilidade de crescimento.<sup>82</sup> Tendo consolidado a sua imagem do Brasil como um país “em desenvolvimento”, e não mais subdesenvolvido, Campos tinha otimismo até mesmo com a distribuição de renda que poderia, então, ser alcançada junto ao crescimento da economia.<sup>83</sup>

Em contato com os principais centros financeiros da Europa e integrando comissões técnicas das quais eram membros economistas como Johannes Witteveen (ex-diretor do FMI), G. Haberler e J. Meade, Campos participava ativamente do debate sobre os rumos da dinâmica econômica mundial frente ao impasse da crise.<sup>84</sup> Percebia a nova forma de produção industrial, baseada em multinacionais e no aumento do setor de serviços; a crescente interdependência entre as nações, a diminuição da preponderância dos países industrializados sobre a, agora mais pujante, periferia. Advogava pela liberalização do mercado internacional e contra o neoprotecionismo que afetava as

<sup>80</sup> Entrevista de Roberto Campos ao jornal Estado de São Paulo, 30 de janeiro de 1977, p. 48.

<sup>81</sup> CAMPOS, Roberto. Por uma imagem externa sem distorções. *Digesto Econômico*, São Paulo, jan-fev. 1977

<sup>82</sup> Nesse artigo, Campos examina as diferentes posições dentro da “comunidade dos economistas” quanto ao instrumento da correção monetária, e sua posição é mais próxima a de Milton Friedman, que chamou de “pragmática”. CAMPOS, Roberto. Correção monetária, a segunda melhor solução. *Digesto Econômico*, São Paulo, nov-dez. 1977

<sup>83</sup> “Uma era de equidade”. Artigo de Roberto Campos publicado jornal Estado de São Paulo, 5 de abril de 1978, p. 2.

<sup>84</sup> Artigos de Frederico Heller publicado jornal Estado de São Paulo, “Volta de Roberto Campos ao governo”, 12 de abril de 1978, p. 32, e “Campos e o 3º Mundo”, 8 de dezembro de 1978, p. 28.

exportações dos países em desenvolvimento.<sup>85</sup> E dentro desse contexto Campos via o Brasil ainda bem situado, pois o “modelo econômico da Revolução de 1964” logrou colocar-se no caminho antes da independência do que da dependência, e o Estado, mesmo que com alguns percalços, ainda mantinha o seu papel dentro da fórmula:

No processo dinâmico de desenvolvimento capitalista, haverá sempre, num momento dado, nacionalizações, desnacionalizações e renacionalizações. O que importa é a “*resultante global*”. E no caso brasileiro, a resultante tem sido uma *diminuição* e não um *aumento* da dependência efetiva.<sup>86</sup>

Contudo, o primeiro forte rompimento com o ideal do *welfare state* observado de perto por Campos foi eleição de Margaret Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido em maio de 1979: com um discurso contrário à inflação, ao “poder exagerado” dos sindicatos, e a favor da livre-iniciativa e da “renovação” sociedade para gerar mais emprego, os conservadores vencem o partido trabalhista. A vitória dos *Tories*, que culminou do processo de descrença nos princípios keynesianos e de desgaste político das medidas trabalhistas de controle de preços e de salários para manter o “contrato social”, foi, para Campos, um sinal da transformação da realidade dos desenvolvidos. E foi também o que lhe permitiu negar aquele ideal de sociedade – que desde 1973 se via imerso em desemprego e inflação – e partir em busca de outro.

Em julho de 1979, Campos reconhece em Eugênio Gudín um “profeta sem cólera”, pois havia acertado em seu diagnóstico e mantido a objetividade e coerência em sua fórmula econômica, e lamenta que o economista liberal não tivesse tido mais oportunidades na condução da economia brasileira. Campos renega as suas convicções do passado, colocando-se entre aqueles que erraram ao ceder às “melífluas seduções do intervencionismo keynesiano” e ao “estruturalismo cepalino”.<sup>87</sup>

Entre 1979 e 1984, Campos ratificará a constatação de que o seu projeto de desenvolvimento já não era mais adequado, de que as políticas keynesianas e o planejamento não eram mais instrumentos úteis na nova realidade mundial, nem para o primeiro mundo nem para o terceiro. Para o Brasil, a “era dos tecnocratas” havia

<sup>85</sup> CAMPOS, Roberto. Contribuição europeia para o terceiro mundo. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-jun. 1978

<sup>86</sup> Artigo de fevereiro de 1979. CAMPOS, 1987, pp. 201-203

<sup>87</sup> Artigo de julho de 1979. CAMPOS, 1987, pp. 362-363

passado, e o próprio Campos agora se lançava a um novo papel, o de político –<sup>88</sup> em maio de 1980, Campos já admitia a possível candidatura ao Senado.<sup>89</sup> Atento à política internacional, nota outro sinal do novo rumo que a economia mundial estava tomando: a eleição de Ronald Reagan em 1980. Campos, encarando o fim das teorias anteriores, observava a nova onda de política econômica que seria a marca do governo Reagan: “após as teorias do monetarismo, do keynesianismo, do friedmanismo, surge agora nos Estados Unidos uma nova corrente de economistas que prega a teoria do ‘supply-side economics’”. E compara essa nova proposta com o atraso das políticas econômicas no Brasil:

Enquanto os economistas norte-americanos pregam uma retirada dos tributos e uma desregulamentação do excesso de leis e normas que regem a economia, nós aumentamos os tributos e deixamos o poder do Estado crescer assustadoramente. Enquanto eles procuram aumentar a concorrência e a competitividade, nós aumentamos a estatização e o controle único. Enquanto procuram eliminar protecionismo para vitalizar suas economias, nós procuramos nos proteger e aumentar a burocracia.<sup>90</sup>

Mas Campos não aderiria a essa “nova corrente” americana, ainda não encontrara um novo modelo de desenvolvimento, e, em 1981-82, ainda como embaixador em Londres, buscava no exterior conseguir auxílio financeiro para o país, ao mesmo tempo que preparava sua campanha eleitoral. Enfim eleito, a sua negação ao modelo brasileiro é exposta abertamente em seu discurso inaugural no Senado em 1983, no qual retomou o elogio a Gudin e a sua posição liberal, e buscou apresentar os aspectos da crise brasileira, e indicar “soluções para o futuro”, sem no entanto definir sua nova fórmula:<sup>91</sup>

Minha modesta contribuição para que o irrealismo do passado não comprometa o idealismo do futuro. Espero não ter feito apenas um “sermão sobre o desejável”. Mas não estou certo de ter encontrado a “receita do possível”...

O percurso da negação só se completa com a descoberta de um novo projeto, e isso ocorre em 1984. O que nos anos anteriores era apenas o elogio à coerência de

<sup>88</sup> “Campos diz que inflação não tem cura instantânea”. Entrevista ao jornal Estado de São Paulo em 11 de abril de 1980.

<sup>89</sup> “Embaixador pode tentar o Senado”. Artigo publicado pelo jornal Estado de São Paulo em 28 de maio de 1980.

<sup>90</sup> “O País é viável, afirma Campos”. Artigo publicado pelo jornal Estado de São Paulo em 25 de junho de 1980.

<sup>91</sup> CAMPOS, 1987, pp. 11-49. O seu discurso no Senado teve ampla repercussão, a *Digesto Econômico* dedicou seu periódico de agosto de 1983 integralmente à análise do discurso de Campos

Eugênio Gudín e uma constatação de que a “economia de mercado”, de tom liberal, era mais eficiente e compatível com as economias mais complexas encontra, então, sua base na “ciência” da escola austríaca:

O movimento neoliberal está ganhando terreno na parte norte deste continente, assim como na Europa. É o que atestam a reeleição do Presidente Reagan, a vitória conservadora no Canadá e o movimento desestatizante na Inglaterra... As raízes do pensamento econômico liberal estão na escola austríaca de von Mises e Hayek, que por muito tempo negligenciados, voltam agora ao proscênio.<sup>92</sup>

E surge o novo projeto de desenvolvimento para a Nova República. O interesse nacional do Brasil – país que já havia superado o subdesenvolvimento, tinha uma economia muito mais complexa e próxima a dos países desenvolvidos – tornava-se a adoção tanto de democracia liberal quanto de uma economia liberal:

A redemocratização reduziu a área de arbítrio político do Governo. É urgente também reduzir-se a área de arbítrio econômico. Pois como costuma dizer o ministro inglês Sir Keith Joseph “há limites para o bem que o Estado pode fazer à economia, porém não ao mal que pode fazer”<sup>93</sup>

A conversão de Campos era encarada pela historiografia ou como inexistente, dado que Campos “nunca violara as prescrições do liberalismo” e o Estado era um ajuste na doutrina liberal,<sup>94</sup> o como uma consequência de sua passagem por Londres, baseada na própria autobiografia de Campos.<sup>95</sup> Vimos, entretanto, que a conversão realmente ocorreu e de fato coincidiu com as modificações políticas no Reino Unido, mas, mais que isso, percebemos que a conversão de Roberto Campos está ligada ao seu constante contato com as ideias que circulavam nos países capitalistas desenvolvidos e às políticas que neles se faziam preponderantes. Assim foi com o ideal do *welfare state*, e também com o ideal da “sociedade liberal”.

<sup>92</sup> Artigo de novembro de 1984. CAMPOS, Roberto. Guia para os perplexos. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988, p. 85

<sup>93</sup> Artigo de dezembro de 1984. CAMPOS, 1988, p. 91

<sup>94</sup> MADI, 1985. E MORAES, 1987, p. 210

<sup>95</sup> PEREZ, 1999.

## Conclusão

Procuramos mostrar, nesse artigo, que Roberto Campos desde o início de sua vida pública esteve atento à política internacional e à difusão internacional de ideias, e também como pretendeu aplicar teorias e experiências econômicas de outras nações à realidade brasileira. O seu alinhamento com as sociedades de capitalismo desenvolvido e com a ciência econômica preponderante nelas foi o traço de continuidade entre os dois diferentes projetos defendidos por Campos para o Brasil: uma economia de cooperação entre Estado planejador e o mercado (1951-1979), e uma economia liberal que via o desenvolvimento pela via da livre iniciativa e do mercado (1984-2001).

A pesquisa feita recorreu a algumas fontes que ainda não haviam sido exploradas pela historiografia – ou, pelo menos, não devidamente – e espera-se que este trabalho possa contribuir para maior compreensão do pensamento econômico brasileiro e de sua importância para a própria história do Brasil, e também para que novas pesquisas sejam feitas na procura de entender o conjunto de ideias presente em nossa realidade nacional.

## BIBLIOGRAFIA

Artigos e entrevistas publicados no jornal Estado de São Paulo:

Entrevista, “Campos diz que inflação não tem cura instantânea”. 11 de abril, 1980, p. 25

Entrevista em 30 de janeiro, 1977, p. 48.

Artigo “Uma era de equidade”. 5 de abril, 1978, p. 2.

Artigos de Frederico Heller, “Volta de Roberto Campos ao governo”, 12 de abril, 1978, p. 32, e “Campos e o 3º Mundo”, 8 de dezembro de 1978, p. 28.

Artigo. “Embaixador pode tentar o Senado”. 28 de maio, 1980, p. 2

Artigo. “O País é viável, afirma Campos”. 25 de junho, 1980, p. 22

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Ser Diplomata: Reflexões anárquicas sobre uma indefinível condição profissional. In: Profissionalização em relações internacionais: diplomacia, 2006, Brasília. Novas Abordagens para a Reforma do Estado, 2006.

BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARROS, Jayme de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Os antecedentes da tormenta. Origens da crise global*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BIELSHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

\_\_\_\_\_. "Lord Keynes e a Teoria da Transferência de Capitais". In: *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 4, n. 2. Rio de Janeiro: FGV, 1950.

\_\_\_\_\_. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, abr. 1952a

\_\_\_\_\_. Uma Interpretação Institucional das Leis Medievais da Usura. *Revista Brasileira de Economia*.v. 6, n. 2, 1952b

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento econômico do Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, ago. 1952c

\_\_\_\_\_. Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico. *Digesto Econômico*, São Paulo, 1953.

\_\_\_\_\_. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: APEC, 1969

\_\_\_\_\_. "Desenvolvimento econômico e político da América Latina – uma difícil opção". In: *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 26, n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

\_\_\_\_\_. As grandes transformações revisitadas. *Digesto Econômico*, São Paulo, jan-fev. 1975a

\_\_\_\_\_. Mudando de profissão. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-jun. 1975b

\_\_\_\_\_. *O mundo que vejo e não desejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

\_\_\_\_\_. Por uma imagem externa sem distorções. *Digesto Econômico*, São Paulo, jan-fev. 1977

\_\_\_\_\_. Correção monetária, a segunda melhor solução. *Digesto Econômico*, São Paulo, nov-dez. 1977

\_\_\_\_\_. *Ensaio imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987

\_\_\_\_\_. Contribuição europeia para o terceiro mundo. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-jun. 1978

DRECHSLER, Wolfgang. Towards the Law & Economics of development: Ragnar Nurkse (1907–1959) Published online: 26 March 2009 Springer Media, LLC

GANEM, Angela. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos. In: *Nova Economia* v. 10 n. 1 Belo Horizonte jul. 2000

GENNARI, A. 1990. *A lógica da subordinação : aspectos do conservantismo brasileiro – as idéias de Roberto de Oliveira Campos*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. *Roberto Campos e a economia brasileira*. São Paulo: PerSe, 2014.

GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

HALL, Stuart. *The Hard Road to Renewal, Thatcherism and the Crisis of the Left*. Londres: Verso, 1988.

JONES, Byrd L. The Role of Keynesians in Wartime Policy and Postwar Planning, 1940-1946. *The American Economic Review*, Vol. 62, No. 1/2 (Mar. 1, 1972),

MADI, Maria Alejandra. *A VANGUARDA DO PENSAMENTO CONSERVADOR: Um estudo sobre as ideias econômicas de Roberto Campos no Período 1950-1964*. Campinas: IE/Unicamp, 1985. Dissertação de Mestrado.

MADI, Maria Alejandra. “A vanguarda do pensamento conservador: as ideias econômicas de Roberto Campos” in SZMRECSÁNYI, Tamás e COELHO, Francisco da Silva. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

MASSE, Pierre. *Le plan ou l’anti-hasard*. Paris: Gallimard, 1965.

MORAES, R. 1987. *Planejamento: democracia ou ditadura?* São Paulo. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo.

MYRDAL, Gunnar. *Asian drama: an inquiry into the poverty of nations*. Nova York: Pantheon, 1968

NURKSE, R. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Londres: Oxford, 1964.



PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 1999.

SAES, Flávio e SAES, Alexandre. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira Dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 112-121.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Londres: Oxford, 1974,

SILVA, Ricardo V. *Uma ditadura contra a República: política econômica e poder político em Roberto Campos*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política nº 27, 2006.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/11.pdf>. Acesso em 20/03/2014.